

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 03 a 05/12

A versão dos deputados sobre o PL 658/2021, que estabelece o marco jurídico dos bioinsumos, consta na pauta do Plenário do Senado de terça-feira. Os Senadores também devem começar a discutir a PEC 3/2020, que atribui somente à União a tarefa de legislar sobre defesa cibernética e segurança cibernética, transporte de valores e segurança das instituições financeiras.

Já na sessão de quarta, consta na pauta do Plenário o PL 2234/2022, que regulamenta a exploração de jogos de azar.

Na quinta, está prevista a deliberação do PLP 124/2022, que dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária e do PLP 125/2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Das matérias listadas, a única deliberada foi o PL 658/2021, que Dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos. A matéria segue para sanção presidencial.

Comissão de Constituição e Justiça – 04/12 - 10h - Plenário 03

Item 01 (Turno Suplementar) - [PL 953/2021](#), que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. O relator, senador Nelsinho Trad, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria, com emenda.

Resultado: aprovado o turno suplementar. A matéria aguarda prazo para apresentação de recurso. Caso seja apresentado, segue para análise na Câmara.

Ainda deverão ser incluídas na pauta a leitura das indicações para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Após a leitura, deverão ser concedidas vistas coletivas e a sabatinas estão previstas para a próxima semana.

Resultado: foram lidas as seguintes indicações e posteriormente concedida vista coletiva: MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada à OAB.

RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal.

ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada à OAB.

GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar

IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 03 a 05/12

A pauta do Plenário da Câmara não foi divulgada ainda.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para duas propostas que fazem parte do ajuste fiscal anunciado pelo Ministério da Fazenda. Os projetos com urgência podem ser votados diretamente no Plenário, sem passar antes pelas comissões da Câmara.

As propostas que passam a tramitar com urgência:

PLP 210/24, que autoriza o governo a limitar a utilização de créditos tributários em caso de déficit nas contas públicas, para aperfeiçoar o arcabouço fiscal (LC 200/23);

PL 4614/24, que busca ajustar as despesas ligadas ao salário mínimo aos limites do chamado arcabouço fiscal (LC 200/23). Ou seja, o salário mínimo continuaria a ter um ganho acima da inflação, mas limitado a um intervalo entre 0,6% e 2,5%.

A Câmara dos Deputados votou nesta quarta-feira (4) parte das emendas do Senado ao projeto que prevê medidas para garantir a proteção pessoal de juízes e integrantes do Ministério Público (PL 4015/23). Foram rejeitadas 11 das 14 emendas. As demais serão votadas em data a ser definida.

Comissão de Finanças e Tributação – 04/12 - 10h - Plenário 04
--

Item 29 - [PL 4021/2021](#), que Determina que todos os valores ou bens provenientes dos efeitos da condenação judicial criminal ou cível ou de acordos, inclusive na atuação extrajudicial do Ministério Público, e que sejam por lei destinados à União serão utilizados no combate ao câncer.

A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), apresentou [parecer](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: não deliberado.

Item 31- [PL 4082/2023](#), que altera a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985 e a Lei nº. 8.429, de 2 de junho de 1992, a fim de prever a condenação em custas processuais e honorários sucumbenciais dos autores das ações civis públicas e de improbidade administrativa, com exceção das associações civis.

O relator, Sidney Leite (PSD-AM), apresentou [parecer](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: não deliberado.

Comissão de Constituição e Justiça – 04 e 05/12, às 10h - Plenário 01

Item 01 - [PLP 215/2019](#), que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de Direito Penal e de Direito Processual Penal. O Relator, Coronel Assis (UNIÃO-MT), apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: aprovado. A matéria segue para análise no Plenário.

Item 16- [PL 3.362/2019](#), que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 para promover treinamento e conscientização para servidores dos órgãos de segurança pública, membros do Ministério Público e agentes da Receita Federal que atuam em aduanas e Policiais Rodoviários Federais, acerca do enfrentamento ao tráfico ilícito de bens culturais". O relator, deputado Kim Kataguri, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: não deliberado.